



SUPERIOR TRIBUNAL DE JUSTIÇA

HABEAS CORPUS Nº 564112 - PR (2020/0050135-0)

RELATOR : MINISTRO REYNALDO SOARES DA FONSECA
IMPETRANTE : LUCAS PEDRO AMREIN E OUTRO
ADVOGADOS : EVERTON DE MEIRA - PR082974
LUCAS PEDRO AMREIN - PR096869
IMPETRADO : TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO PARANÁ
PACIENTE : AMILTON RODRIGUES LEITE (PRESO)
INTERES. : MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO PARANÁ

DECISÃO

Trata-se de *habeas corpus*, com pedido liminar, impetrado em favor de AMILTON RODRIGUES LEITE contra acórdão proferido pelo Tribunal de Justiça do Estado do Paraná (HC n. 0065951-56.2019.8.16.0000).

Segundo consta dos autos, o paciente foi preso em flagrante no dia 20/12/2019 (prisão convertida em preventiva) e denunciado pela suposta prática do crime previsto no art. 157, *caput*, c/c. art. 61, inciso II, alínea "h", ambos do Código Penal, porque (e-STJ fl. 34):

"No dia 20 de dezembro de 2019, por volta das 18h00min, em via pública, nas imediações da Avenida Generoso Marques, neste Município e Comarca de Coronel Vivida/PR, o denunciado AMILTON RODRIGUES LEITE, agindo com vontade e consciência, com ânimo de assenhoramento definitivo, dolosamente portanto, ciente da ilicitude e da reprovabilidade de sua conduta, subtraiu, para si, mediante o emprego de violência, R\$ 805,00 (oitocentos e cinco reais) de propriedade da vítima VELOCINDO IRINEU BAUGRATES, nascido no dia 15 de abril de 2019, com 80 (oitenta) anos de idade à época dos fatos, uma vez que dele se aproximou e o agarrou com força, reduzindo sua possibilidade de defesa e mobilização, oportunidade em que retirou de seu bolso a quantia em dinheiro, empreendendo fuga em sequência. Em sequência, o denunciado AMILTON RODRIGUES LEITE foi abordado pela testemunha FERNANDO BR UM SACHINI, quem dele recuperou os valores subtraídos (Cf. Termo de Declarações de mov. 1.4, 1.5, 1.7 e 1.8, Auto de Entrega de mov. 1.9, Auto de Exibição e Apreensão de mov. 1.6, Boletim de Ocorrência de mov. 1.12]."

Inconformada, a defesa impetrou habeas corpus na Corte estadual, alegando que o decreto constitutivo do paciente carece de fundamentação idônea. O Tribunal de origem, contudo, denegou a ordem nos termos da seguinte ementa (e-STJ fl. 47):

HABEAS CORPUS CRIME - ROUBO - DELITO PREVISTO NO ART. 157, CAPUT, C/C ART. 61, INCISO II, ALÍNEA 'H', AMBOS DO CP - DECRETAÇÃO DA PRISÃO PREVENTIVA - FUMUS COMISSI DELICTI E PERICULUM LIBERTATIS DEVIDAMENTE COMPROVADOS - CONSTRANGIMENTO ILEGAL NÃO CARACTERIZADO ? RECOLHIMENTO AO ERGÁSTULO NECESSÁRIO - GRAVIDADE CONCRETA DA CONDUTA - NÃO RECOMENDÁVEL A APLICAÇÃO DE QUALQUER OUTRA MEDIDA PREVISTA NO ARTIGO 319 DO CPP.

*DECISÃO MANTIDA POR SEUS PRÓPRIOS FUNDAMENTOS. ORDEM
DENEGADA*

Na presente oportunidade, a defesa reitera que não há fundamentação idônea no decreto constitutivo do paciente e que os requisitos necessários para a manutenção da segregação cautelar (art. 312 do CPP) estão ausentes no caso. Ressalta não haver qualquer indício de violência.

Sublinha haver excesso de prazo para formação da culpa, pois o acusado encontra-se preso há mais de 75 dias, sem que a instrução tenha sido concluída.

Aduz, ainda, que o denunciado é detentor de bons antecedentes e de circunstâncias favoráveis, podendo responder ao julgamento do processo em liberdade.

Diante disso, requer, liminarmente e no mérito, a expedição do alvará de soltura do paciente ou, subsidiariamente, a substituição da prisão por medidas cautelares diversas.

Indeferida a liminar (e-STJ fls. 56/58), o Ministério Público Federal manifestou-se pelo não conhecimento do *habeas corpus* (e-STJ fls. 63/69).

É o relatório. **Decido.**

O presente *habeas corpus* não merece ser conhecido por ausência de regularidade formal, qual seja, a adequação da via eleita.

De acordo com a nossa sistemática recursal, o recurso cabível contra acórdão do Tribunal de origem que denega a ordem no *habeas corpus* é o recurso ordinário, consoante dispõe o art. 105, II, "a", da Constituição Federal. Do mesmo modo, o recurso adequado contra acórdão que julga recurso em sentido estrito é o recurso especial, nos termos do art. 105, III, da Constituição Federal.

Acompanhando a orientação da Primeira Turma do Supremo Tribunal Federal, a jurisprudência desta Corte Superior firmou-se no sentido de que o *habeas corpus* não pode ser utilizado como substituto de recurso próprio, a fim de que não se desvirtue a finalidade dessa garantia constitucional, com a exceção de quando a ilegalidade apontada é flagrante, hipótese em que se concede a ordem de ofício.

Nesse sentido, encontram-se, por exemplo, estes julgados: HC 313.318/RS, Quinta Turma, Rel. Min. FELIX FISCHER, julgamento em 7/5/2015, DJ de 21/5/2015; HC 321.436/SP, Sexta Turma, Rel. Min. MARIA THEREZA DE ASSIS MOURA, julgado em 19/5/2015, DJ de 27/5/2015.

No entanto, nada impede que, de ofício, este Tribunal Superior constate a existência de ilegalidade flagrante, circunstância que ora passo a examinar.

De início, nota-se que a alegação sobre excesso de prazo para a formação da culpa é tema que deveria ter sido enfrentado primeiramente pela Corte estadual, o que não ocorreu, inviabilizando, portanto, o conhecimento da questão diretamente por esta Corte Superior, sob pena de se configurar indevida supressão de instância.

Como cediço, “matéria não apreciada pelo Juiz e pelo Tribunal de segundo grau não pode ser analisada diretamente nesta Corte, sob pena de indevida supressão de instância” (AgRg no HC n. 525.332/RJ, Rel. Ministro ROGERIO SCHIETTI CRUZ, Sexta Turma, julgado em 17/12/2019, DJe 19/12/2019).

No mesmo sentido, é da Corte Maior que “o exaurimento da instância recorrida é, como regra, pressuposto para ensejar a competência do Supremo Tribunal

Federal, conforme vem sendo reiteradamente proclamado por esta Corte (HC n. 129.142/SE, Rel. Min. MARCO AURÉLIO, Rel. p/ Acórdão Min. ALEXANDRE DE MORAES, Primeira Turma, DJe de 10/8/2017; RHC n. 111.935/DF, Rel. Min. LUIZ FUX, Primeira Turma, DJe de 30/9/2013; HC n. 97.009/RJ, Rel. Min. MARCO AURÉLIO, Rel. p/ Acórdão Min. TEORI ZAVASCKI, Tribunal Pleno, DJe de 4/4/2014; HC n. 117.798/SP, Rel. Min. RICARDO LEWANDOWSKI, Segunda Turma, DJe de 24/4/2014)” (AgRg no HC n. 177.820/SP, Relator Min. ALEXANDRE DE MORAES, Primeira Turma, julgado em 06/12/2019, DJe 18/12/2019).

Analisa-se, por outro lado, sobre a presença ou não dos requisitos para a prisão preventiva.

A prisão preventiva é uma medida excepcional, de natureza cautelar, que autoriza o Estado, observadas as balizas legais e demonstrada a absoluta necessidade, a restringir a liberdade do cidadão antes de eventual condenação com trânsito em julgado (art. 5º, LXI, LXV, LXVI e art. 93, IX, da CF).

Para a privação desse direito fundamental da pessoa humana, é indispensável a demonstração da existência da prova da materialidade do crime, da presença de indícios suficientes da autoria e do perigo gerado pelo estado de liberdade do imputado, bem como a ocorrência de um ou mais pressupostos do artigo 312 do Código de Processo Penal, que assim dispõe:

A prisão preventiva poderá ser decretada como garantia da ordem pública, da ordem econômica, por conveniência da instrução criminal, ou para assegurar a aplicação da lei penal, quando houver prova da existência do crime e indício suficiente de autoria e de perigo gerado pelo estado de liberdade do imputado.

Quanto aos pressupostos/requisitos da prisão preventiva, colhem-se estas lições do Professor Guilherme de Souza Nucci:

Entende-se pela expressão [garantia da ordem pública] a necessidade de se manter a ordem na sociedade, que, como regra, é abalada pela prática de um delito. Se este for grave, de particular repercussão, com reflexos negativos e traumáticos na vida de muitos, propiciando àqueles que tomam conhecimento da sua realização um forte sentimento de impunidade e de insegurança, cabe ao Judiciário determinar o recolhimento do agente.

[A conveniência da instrução processual] é motivo resultante da garantia da existência do devido processo legal, no seu aspecto procedimental. A conveniência de todo processo é realização da instrução criminal de maneira lisa, equilibrada e imparcial, na busca da verdade real, interesse maior não somente da acusação, mas, sobretudo, do réu. Diante disso, abalos provocados pela atuação do acusado, [...] a fuga deliberada do local do crime, [...] dentre outras.

Asseguração da aplicação da lei penal: significa garantir a finalidade útil do processo, que é proporcionar ao Estado o exercício do seu direito de punir, aplicando a sanção devida a quem é considerado autor de infração penal. (NUCCI, Guilherme de Souza. Código de Processo Penal Comentado. 13 ed. Rio de Janeiro: Forense: 2014, p. 699, 708 e 710).

Embora a nova redação do referido dispositivo legal tenha acrescentado o novo pressuposto – demonstração do perigo gerado pelo estado de liberdade do imputado –, apenas explicitou entendimento já adotado pela jurisprudência pátria ao abordar a necessidade de existência de *periculum libertatis*. Portanto, caso a liberdade do acusado não represente perigo à ordem pública, econômica, à instrução criminal ou à aplicação da

lei penal, não se justifica a prisão. Nesse sentido, destaco os seguintes precedentes do Supremo Tribunal Federal:

[...] . 7. O requisito do periculum libertatis exige a demonstração do perigo, atual ou futuro, decorrente da liberdade dos imputados. 8. Para que o decreto de custódia cautelar seja idôneo, é necessário que o ato judicial construtivo da liberdade traga, fundamentadamente, elementos concretos aptos a justificar tal medida. Precedentes. 9. É imprescindível apontar-se uma conduta dos réus que permita imputar-lhes a responsabilidade pela situação de perigo à genuinidade da prova. [...] (HC n. 137.066/PE, Relator Ministro DIAS TOFFOLI, Segunda Turma, julgado em 21/02/2017, DJe 13/03/2017).

[...]. Prisão preventiva. Decretação por força da mera gravidade da imputação, sem base em elementos fáticos concretos. Inadmissibilidade. Medida que exige, além do alto grau de probabilidade da materialidade e da autoria (fumus commissi delicti), a indicação concreta da situação de perigo gerada pelo estado de liberdade do imputado (periculum libertatis) e a efetiva demonstração de que essa situação de risco somente poderá ser evitada com a máxima compressão da liberdade do imputado. Necessidade, portanto, de indicação dos pressupostos fáticos que autorizam a conclusão de que o imputado, em liberdade, criará riscos para os meios ou o resultado do processo. [...] (HC n. 122.057/SP, Relator Ministro DIAS TOFFOLI, Primeira Turma, julgado em 02/09/2014, DJe 10/10/2014).

[...] III. Prisão preventiva: à falta da demonstração em concreto do periculum libertatis do acusado, nem a gravidade abstrata do crime imputado, ainda que qualificado de hediondo, nem a reprovabilidade do fato, nem o conseqüente clamor público constituem motivos idôneos à prisão preventiva: traduzem sim mal disfarçada nostalgia da extinta prisão preventiva obrigatória. (RHC n. 79.200/BA, Relator Ministro SEPÚLVEDA PERTENCE, Primeira Turma, julgado em 22/06/1999, DJU 13/08/1999).

Idêntica é a posição desta Corte:

[...]. 4. A validade da segregação cautelar está condicionada à observância, em decisão devidamente fundamentada, aos requisitos insertos no art. 312 do Código de Processo Penal, revelando-se indispensável a demonstração de em que consiste o periculum libertatis. [...] (RHC n. 97.893/RR, Relator Ministro ANTONIO SALDANHA PALHEIRO, Sexta Turma, julgado em 17/12/2019, DJe 19/12/2019)

PROCESSUAL PENAL. HABEAS CORPUS. PECULATO E LAVAGEM DE CAPITAIS. PRISÃO PREVENTIVA. AUSÊNCIA DE FUNDAMENTAÇÃO. CONSTRANGIMENTO ILEGAL CARACTERIZADO. HABEAS CORPUS NÃO CONHECIDO. ORDEM CONCEDIDA, DE OFÍCIO.

2. [...] Como é cediço, a segregação preventiva, como medida cautelar acessória e excepcional, que tem por escopo, precipuamente, a garantia do resultado útil da investigação, do posterior processo-crime, da aplicação da lei penal ou, ainda, da segurança da coletividade, exige a efetiva demonstração do periculum libertatis e do fumus commissi delicti, nos termos do art. 312 do CPP. [...] (HC n. 503.046/RN, Relator Ministro RIBEIRO DANTAS, Quinta Turma, julgado em 17/12/2019, DJe 19/12/2019)

Exige-se, ainda, na linha inicialmente perfilhada pela jurisprudência dominante deste Superior Tribunal de Justiça e do Supremo Tribunal Federal, e agora normatizada a partir da edição da Lei n. 13.964/2019, que a decisão esteja pautada em motivação concreta de fatos novos ou contemporâneos, bem como demonstrado o lastro probatório que se ajuste às hipóteses excepcionais da norma em abstrato e revelem a

imprescindibilidade da medida, vedadas considerações genéricas e vazias sobre a gravidade do crime.

Nesse sentido:

[...] III - A prisão cautelar deve ser considerada exceção, já que, por meio desta medida, priva-se o réu de seu jus libertatis antes do pronunciamento condenatório definitivo, consubstanciado na sentença transitada em julgado. É por isso que tal medida constritiva só se justifica caso demonstrada sua real indispensabilidade para assegurar a ordem pública, a instrução criminal ou a aplicação da lei penal, ex vi do artigo 312 do Código de Processo Penal [...]. (HC n. 321.201/SP, Relator Ministro FELIX FISCHER, Quinta Turma, julgado em 6/8/2015, DJe 25/8/2015)

[...] 2. A prisão preventiva constitui medida excepcional ao princípio da não culpabilidade, cabível, mediante decisão devidamente fundamentada, quando evidenciada a existência de circunstâncias que demonstrem a necessidade da providência extrema, nos termos dos arts. 312 e seguintes do Código de Processo Penal. [...]. (HC n. 296.543/SP, Relator Ministro SEBASTIÃO REIS JÚNIOR, Sexta Turma, julgado em 02/10/2014, DJe 13/10/2014)

No caso, colhe-se do acórdão impetrado, o qual manteve a prisão preventiva decretada pelo Juízo de origem, o seguinte teor (e-STJ fls. 47/52):

Infere-se do feito que o ora paciente foi preso em flagrante delito, na data de ,21.12.2020 pela prática, em tese, do crime de roubo, nos moldes do art. 157, c/c art. 61, inc. II, caput, alínea “h”, ambos do CP. Consta do Boletim de ocorrência os seguintes fatos que ensejaram a prisão em flagrante:

"APÓS INFORMAÇÃO REPASSADA VIA COPOM, DE QUE TERIA OCORRIDO UM ROUBO NAS PROXIMIDADES DO ENDEREÇO SUPRACITADO. A EQUIPE DESLOCOU ATÉ O LOCAL, ONDE LOCALIZOU O SENHOR VELOCINDO IRINEU BAUGRATES RG:6.865.219-7/PR, O QUAL RELATOU QUE ESTAVA DE BICICLETA INDO SENTIDO CHOPINZINHO, QUANDO UM INDIVÍDUO, COM UMA MOTOCICLETA VERMELHA, DE CASACO PRETO, PAROU O MESMO, E FOI EM SUA DIREÇÃO, MOMENTO EM QUE COLOCOU A MÃO NO BOLSO DO MESMO E RETIROU UM VALOR DE R\$ 805,00(OITOCENTOS E CINCO REAIS), QUE QUANDO O INDIVÍDUO FOI SAIR COM A MOTOCICLETA, O SENHOR FERNANDO BRUM SACHINI RG:12586119-9/PR, QUE PASSAVA PELO LOCAL E NOTOU A SITUAÇÃO, FOI ATÉ O INDIVÍDUO E CONSEGUIU RETIRAR SE DUAS MÃOS O DINHEIRO DE SENHOR VELOCINDO. RELATOU AINDA QUE, O INDIVÍDUO TERIA SAÍDO SENTIDO ÁREA CENTRAL. A EQUIPE REALIZOU BUSCAS, ONDE LOCALIZOU UM INDIVÍDUO COM AS CARACTERÍSTICAS REPASSADAS, NAS PROXIMIDADES DO MERCADO FLORIANO, LOCALIZADO NA RUA SETE DE SETEMBRO X RUA BRIGADEIRO ROCHA LOURES.REALIZADA ABORDAGEM E BUSCA PESSOAL, ONDE NADA DE ILÍCITO FOI LOCALIZADO, POSTERIORMENTE O MESMO FOI IDENTIFICADO COMO SENDO AMILTON RODRIGUES LEITE RG: 7693236-0/PR, QUE ESTAVA COM UMA MOTOCICLETA YAMAHA/FACTOR, DE CÔR VERMELHA E PLACAS ISU-9982. O MESMO FOI CONDUZIDO ATÉ A SEDE 3 CIA, ONDE JÁ SE ENCONTRAVA A VÍTIMA. QUESTIONADO AMILTON SOBRE OS FATOS, O MESMO NEGOU E DISSE APENAS TER PARADO PARA PEDIR INFORMAÇÕES. DIANTE DOS FATOS, FOI CONFECCIONADO O PRESENTE BOLETIM, E POSTERIORMENTE AS PARTES FORAM CONDUZIDAS A DELEGACIA DE POLÍCIA CIVIL DE PATO BRANCO".

E, tem-se da decisão que decretou a preventiva, a seguinte fundamentação, no

que interessa:

"(...) No caso dos autos, presente hipótese obrigatória do artigo 313, I, do Código de Processo Penal – o delito imputado ao indiciado prevê pena máxima superior a 04 (quatro) anos -, cabível a prisão preventiva. Ademais, o quadro fático aponta, com segurança, a existência de indícios suficientes de autoria - confirmada pela vítima e pela testemunha ocular do crime, que descreveram aos policiais as características e vestimentas do assaltante - e de prova da materialidade do delito, corroborado pelo depoimento dos policiais militares – que flagraram e conduziram Amilton após localizá-lo com as vestimentas e características apontadas pela vítima e pela testemunha –, pelo auto de avaliação do objeto apreendido e pelo relato do próprio autuado. Outrossim, concluo que estão presentes os pressupostos da garantia da ordem pública, que engloba o trinômio gravidade da infração penal, repercussão social e periculosidade do agente. **A gravidade em concreto dos atos supostamente praticados pelo acusado deve ser considerada, já que o flagrado praticou o delito contra pessoa idosa e indefesa, com significativa violência, em local público, sem qualquer pudor, denotando personalidade deturpada e voltada à delinquência.** E tal conduta, por certo, gera medo e revolta, restando, pois, evidente a repercussão social do delito cometido. Por conseguinte, a prisão cautelar se justifica para o fim de resguardo da ordem pública, visando prevenir a reprodução de fatos criminosos e acautelar o meio social, retirando do convívio da comunidade o indivíduo que, diante do modus operandi, demonstra ser dotado de periculosidade. Ponderando todas as medidas previstas no artigo 319 do Código de Processo Penal - as quais, devem ser adequadas à gravidade do crime -, entendo insuficiente a aplicação de medidas cautelares diversas da prisão, motivo pelo qual, após a análise minuciosa dos pressupostos da preventiva, entendo a custódia cautelar como a única suficiente para reprimir a conduta, em tese, cometida pelo autuado. Destaque-se, ainda, que a prisão preventiva pode e deve ser avaliada de tempos em tempos, tendo em vista as possíveis modificações na condição do indiciado no transcurso da persecutio criminis. Se vierem, no futuro, a não se fazer mais presentes os requisitos legais, a prisão preventiva pode ser revogada. Diante do exposto, com base nos artigos 285, 312 e 313, todos do Código de Processo Penal, **CONVERTO a prisão em flagrante de AMILTON RODRIGUES LEITE em prisão preventiva, visando garantir a ordem pública e a reiteração delitiva**"

(...)

Com efeito, no tocante ao fumus comissi delicti (prova da existência de crime e indícios acerca da autoria) está ele satisfatoriamente demonstrado pelas provas acostadas nos autos de origem de nº 0003266-76.2019.8.16.0076, tais como Boletim de Ocorrência, auto de apreensão e exibição, auto de entrega, bem como pelas declarações prestadas até o presente (movs. 1.1/1.14). Igualmente, no que toca ao periculum libertatis (perigo concreto causado pela permanência do paciente em liberdade), por ora, está ele corretamente fundamentado em razão da necessidade de garantia da ordem pública, diante da gravidade concreta do delito.

Explica-se.

O ora paciente foi preso em flagrante delito, pois, os policiais responsáveis pela prisão, lograram êxito em apreendê-lo, logo após o cometimento do suposto roubo por ele perpetrado em posse da quantia subtraída da vítima. Ao contrário do que alega a defesa, a decisão que decretou a segregação cautelar não está fundamentada na gravidade abstrata do delito, posto que esse revelou-se bastante grave, ao passo que o paciente, em tese, impingiu grave ameaça e violência a uma pessoa idosa, que contava com 80 (oitenta) anos de idade no cometimento do delito e subtraiu desse a quantia de R\$ 805,00 (oitocentos e cinco reais).

O fato de tratar-se de vítima idosa eleva sim a gravidade do crime, pois, a

possibilidade de defesa de uma pessoa com 80 (oitenta) anos de idade é bastante reduzida.

Nesse sentido, o i. procurador asseverou:

“Com efeito, as nuances do caso concreto justificam a medida extrema para a garantia da ordem pública, pois o roubo cometido pelo apelante envolveu violência desnecessária e desproporcional, voltada à imobilização de vítima idosa de 80 (oitenta) anos que caminhava em via pública e, de maneira inesperada, foi surpreendida e agarrada com força pelo ora paciente, que retirou de seu bolso a quantia de R\$ 805,00 (oitocentos e cinco reais). Tais circunstâncias ultrapassam aquelas inerentes ao tipo penal e demonstram, por certo, a ousadia e periculosidade do paciente, que reforçam a necessidade de acautelamento da ordem pública”. Grifos nossos.

Assim, as condições acima gizadas demonstram a gravidade concreta da conduta, de modo que se mostra necessária a constrição cautelar a fim de resguardar a ordem pública. (g.n.).

Cumpre verificar se o cárcere preventivo foi decretado em afronta aos requisitos do art. 312 do Código de Processo Penal e sem fundamentação idônea, como aduz a inicial.

Ora, é da jurisprudência pátria a impossibilidade de se recolher alguém ao cárcere se inexistentes os pressupostos autorizadores da medida extrema, previstos na legislação processual penal.

No ordenamento jurídico vigente, a liberdade é a regra. A prisão antes do trânsito em julgado, cabível excepcionalmente e apenas quando concretamente comprovada a existência do periculum libertatis, deve vir sempre baseada em fundamentação concreta, não em meras conjecturas.

Note-se ainda que a prisão preventiva se trata propriamente de uma prisão provisória; dela se exige venha sempre fundamentada, uma vez que ninguém será preso senão por ordem escrita e fundamentada de autoridade judiciária competente (Constituição da República, art. 5º, inciso LXI), mormente porque a fundamentação das decisões do Poder Judiciário é condição absoluta de sua validade (CRFB, art. 93, inciso IX).

No caso em exame, como se vê dos trechos acima transcritos, as instâncias ordinárias destacaram a necessidade da medida para a garantia da ordem pública, tendo em vista as circunstâncias concretas que envolvem o fato criminoso, apontando-se que o paciente praticou o delito contra pessoa idosa (80 anos de idade) e indefesa, com significativa violência voltada para imobilizar a vítima, enquanto esta caminhava em via pública, cenário este que, além de evidenciar a gravidade concreta da conduta, revela a ousadia e periculosidade do acusado.

De fato, a gravidade concreta crime como fundamento para a decretação ou manutenção da prisão preventiva deve ser aferida, como no caso, a partir de dados colhidos da conduta delituosa praticada pelo agente, que revelem uma periculosidade acentuada a ensejar uma atuação do Estado cerceando sua liberdade para garantia da ordem pública, nos termos do art. 312 do Código de Processo Penal.

A propósito, “Se as circunstâncias concretas da prática do crime indicam, pelo *modus operandi*, a periculosidade do agente ou o risco de reiteração delitiva, está justificada a decretação ou a manutenção da prisão cautelar para resguardar a ordem pública, desde que igualmente presentes boas provas da materialidade e da autoria” (HC n. 126.756/SP, Relatora Ministra ROSA WEBER, Primeira Turma, julgado em 23/6/2015, publicado em 16/9/2015).

Ou seja, "se a conduta do agente – seja pela gravidade concreta da ação, seja

pelo próprio modo de execução do crime – revelar inequívoca periculosidade, imperiosa a manutenção da prisão para a garantia da ordem pública, sendo despidendo qualquer outro elemento ou fator externo àquela atividade" (HC n. 296.381/SP, Relator Ministro MARCO AURÉLIO BELLIZZE, Quinta Turma, julgado em 26/8/2014, DJe 4/9/2014).

Portanto, mostra-se legítimo, no caso, o decreto de prisão preventiva, uma vez ter demonstrado, com base em dados empíricos, ajustados aos requisitos do art. 312 do CPP, o efetivo risco à ordem pública gerado pela permanência da liberdade.

Do mesmo modo, segundo este Tribunal, “a presença de condições pessoais favoráveis não representa óbice, por si só, à decretação da prisão preventiva, quando identificados os requisitos legais da cautela.” (HC n. 472.912/RS, Rel. Ministro JOEL ILAN PACIORNIK, Quinta Turma, julgado em 05/12/2019, DJe 17/12/2019).

Ademais, as circunstâncias que envolvem o fato demonstram que outras medidas previstas no art. 319 do Código de Processo Penal são insuficientes para a consecução do efeito almejado. Ou seja, tendo sido exposta de forma fundamentada e concreta a necessidade da prisão, revela-se incabível sua substituição por outras medidas cautelares mais brandas.

Quanto ao tema, trago aos autos precedente do Supremo Tribunal Federal no seguinte sentido: “[...]. Necessidade da prisão provisória justificada. Gravidade concreta dos delitos. As medidas cautelares alternativas diversas da prisão, previstas na Lei 12.403/2011, não se mostram suficientes a acautelar o meio social. [...]” (HC n. 123.172/MG, Relator Min. GILMAR MENDES, Segunda Turma, julgado em 03/02/2015, DJe 19/02/2015).

Em harmonia, esta Corte entende que é “indevida a aplicação de medidas cautelares diversas da prisão quando a constrição se encontra justificada e mostra-se necessária, dada a potencialidade lesiva da infração indicando que providências mais brandas não seriam suficientes para garantir a ordem pública”. (RHC n. 120.305/MG, Rel. Ministro JORGE MUSSI, Quinta Turma, julgado em 17/12/2019, DJe 19/12/2019).

Dessa forma, demonstrados os pressupostos e motivos autorizadores da custódia cautelar, elencados no art. 312 do CPP, não se vislumbra constrangimento ilegal a ser reparado por este Superior Tribunal de Justiça.

Ante o exposto, não conheço do *habeas corpus*. Recomendo, entretanto, de ofício, ao Juízo processante que reexamine a necessidade da segregação cautelar, tendo em vista o tempo decorrido e o disposto na Lei n. 13.964/2019.

Brasília, 23 de março de 2020.

Reynaldo Soares da Fonseca
Relator